



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA GÊNERO E DIVERSIDADE

DATA DA PROVA 11/10/2024

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos.

27/06/24

A inteligência artificial carrega potencialidades que podem servir para o bem da humanidade, a justiça e a dignidade da pessoa humana. Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo. A garantia do uso benéfico da tecnologia deve partir de uma regulação geral, o que já é inevitável, dado o impacto cotidiano da IA. E essa regulamentação deve se fundar no princípio da precaução, ater-se aos direitos fundamentais e propor uma governança híbrida. Essa foi a conclusão dos participantes da mesa "Inteligência Artificial: Riscos Éticos, Econômicos e Eleitorais", que integrou o segundo dia da 12ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa em 27/6/24. [...]

Participaram do debate o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso; o senador Eduardo Gomes (PL-TO); o ministro Ricardo Villas B. Cueva, do STJ; Laura S. Mendes, diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade e profa. do IDP e da UnB; e a profa. Dora Kaufman, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da PUC-SP. A moderação foi feita pelo adv. Fabrício da M. Alves, membro-fundador da Assoc. Bras. de Governança Pública de Dados Pessoais.

O ministro Barroso iniciou sua exposição sobre o tema afirmando ser um entusiasta das potencialidades positivas da inteligência artificial, que definiu como programas que transferem capacidades humanas para computadores. Ele mencionou o uso para tomadas de decisões com base em dados e a automação de atividades, além de aplicações no Direito.

"Só no Supremo, nós temos a utilização de inteligência artificial para agrupar processos por temas e sabermos quais deles têm mais matérias repetitivas, para podermos decidir em repercussão geral e eliminar milhares de casos", disse Barroso, que aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas.

O presidente do STF lembrou em seguida, no entanto, os riscos da inteligência artificial. Ele citou o impacto no mercado de trabalho, o que vai exigir adaptação de trabalhadores e redes de proteção social; a preocupação com o uso para fins bélicos, como armas letais autônomas; o aumento da desinformação, com deepfakes; e o risco para a privacidade, dado o volume de informações pessoais coletadas pelas big techs.

Barroso defendeu, em resposta a isso, uma regulação da IA que se atenha à proteção dos direitos fundamentais e da democracia e à transparência na governança. "Acho que não devemos ter medo, mas, sim, a preocupação de fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana."

Já o ministro Cueva fez um apelo por uma regulação de caráter geral, que forneça um arcabouço normativo para a regulação setorial, já existente no uso da inteligência artificial na Medicina e em carros autônomos, por exemplo. Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil. O documento fundamentou o Projeto de Lei 2.338/2023, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da casa legislativa, em maio do ano passado, que objetiva regulamentar o uso da tecnologia.

"O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial. Queremos ter a certeza de que a última palavra será dada por um ser humano, e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional", acrescentou o ministro do STJ.

Eduardo Gomes, relator do PL 2.338/23 no Senado, afirmou que a leitura do texto final deve ocorrer na próxima semana. Na semana seguinte, ele espera que já possa ser aprovado pelos senadores, sendo encaminhado posteriormente à Câmara. A expectativa do senador é ter a lei sancionada até o fim do ano, o que não deve encerrar de vez a discussão, uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas.

"A regulação identifica as necessidades e aproxima todos de um certo conhecimento. Não regular, de alguma forma, é ser regulado. Eu quero saber qual o setor que questionou, que trabalhou junto com a comissão, que acompanhou os textos em construção no Parlamento, que já não está sendo regulado e abalado positiva ou negativamente pela inteligência artificial?", disse o senador ao questionar a contrariedade de certos setores à regulação.

A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país. Ela listou acertos do texto: ele dialoga com normativas internacionais, mas se preocupa com as especificidades do arranjo brasileiro; tem uma estrutura simples em princípios e direitos; parte de um modelo de regulação de riscos, que impõe requisitos mais graves e medidas de governança mais gravosas a riscos mais altos; propõe a discussão sobre direitos autorais; e tem um modelo híbrido de governança.

"Não estamos mais falando de uma autoridade que vai regular esse sistema. As agências reguladoras devem assumir um protagonismo, serão apenas elas que poderão sancionar e supervisionar esses sistemas. Mas esse sistema todo, chamado de SIA (Sistema de Governança e Regulação de Inteligência Artificial), previsto no projeto de lei, terá a coordenação de uma autoridade. Ou seja, essa governança tem de ser

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE GÊNERO E DIVERSIDADE

harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências. A criação desse modelo foi um grande acerto."

Adaptado

<https://www.conjur.com.br>

1. É comum a manifestação simultânea de algumas funções da linguagem num mesmo texto. A função referencial ou denotativa, que tem o assunto como destaque, está presente no texto acima, uma vez que há elementos que

A) expõem os sentimentos e o ponto de vista do autor sobre a regulação da IA.

B) informam sobre a garantia do uso benéfico da IA a partir de uma regulação.

C) expressam uma estratégia persuasiva para estimular a regulação da IA.

D) revelam marcas de interlocução, legitimando o canal de comunicação.

E) caracterizam a linguagem conotada ao comentar os riscos e o uso positivo da IA.

2. Marque a frase do texto que NÃO apresenta caráter argumentativo.

A) "[...] fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana." 6º§

B) "Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil." 7º§

C) "O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial." 8º§

D) "Não regular, de alguma forma, é ser regulado." 10º§

E) "Ou seja, essa governança tem de ser harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências." 12º§

3. "Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo." 1º§

O conectivo destacado terá o sentido modificado, se for substituído por

A) contudo.

B) entretanto.

C) porém.

D) todavia.

E) porquanto.

4. "[...] uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas." 9º§

Essa oração traduz, no contexto, noção de:

A) conclusão.

B) condição.

C) causa.

D) restrição.

E) adição.

5. "A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país." 11º§

As vírgulas nesse período separam

A) oração adjetiva.

B) oração adverbial.

C) oração substantiva.

D) oração coordenada.

E) oração reduzida.

6. "[...] aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas." 4º§

As duas formas verbais sublinhadas nessa frase NÃO estão conjugadas

A) na mesma pessoa.

B) no mesmo número.

- C) no mesmo modo.
D) no mesmo tempo.
E) na mesma voz.

7. "[...] e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional [...]." 8º§

É CORRETO afirmar sobre a função do "se" nessa frase:

- A) conjunção subordinativa.
B) objeto direto.
C) objeto indireto.
D) índice de indeterminação do sujeito.
E) partícula apassivadora.

8. "[...] ater-se aos direitos fundamentais [...]." 1º§

É sinônimo da palavra destacada, EXCETO:

- A) atar-se.
B) fiar-se.
C) circunscrever-se.
D) cingir-se.
E) elidir-se.

9. "Tomamos a liberdade, Senhor Ministro, de _____ a _____ defesa para regulamentação da Inteligência Artificial. Se _____, serão protegidos nossos direitos fundamentais."

Marque a alternativa que preenche corretamente os espaços da frase acima, conforme o padrão de concordância da língua culta.

- A) pedi-lo - sua - intervieres.
B) pedir-lhe - sua - intervier.
C) pedir-lhe - vossa - intervier.
D) pedir-lhe - sua - intervieres.
E) pedir-te - vossa - intervirdes.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras da frase foram empregadas adequadamente e escritas conforme a grafia vigente.

- A) Especialista explica porque não podemos confiar na inteligência artificial.
B) Anatel inicia tomada de subzídios para discutir regulação de inteligência artificial.
C) Roteiristas paralizaram atividades por cinco meses em busca de regras para uso de IA.
D) Executivos preveem economia de tempo de até quatro horas semanais com uso de IA.
E) É necessário auto-controle para gastar menos tempo nas redes sociais.

Leia o fragmento de texto a seguir para responder às questões de 11 a 13.

Home office: desafio ou benefício?

Muitos jovens da geração Z (pessoas nascidas entre 1995 e 2010) acabaram se formando durante a pandemia e tendo como principal desafio ou benefício o trabalho home office - regime de trabalho que hoje não está sendo adotado por muitas empresas, apesar da flexibilidade ser um dos benefícios que mais atrai os profissionais pós-pandemia.

"Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis para voltarem ao trabalho dentro dos escritórios. Em casos extremos, esses funcionários preferem o desligamento ao retorno híbrido ou presencial", diz Victor Fazzio, sócio sênior do Grupo Hub, consultoria de RH.

Apesar da preferência pelo trabalho remoto e híbrido, muitas empresas querem voltar com o trabalho presencial, mas esse movimento tem demonstrado uma mudança no mercado de trabalho: lideranças de RH têm identificado que a resistência da geração Z está levando as empresas à contratação de talentos mais maduros.

(Adaptado - <https://exame.com/carreira>)

11. Na articulação de ideias no texto, o autor utilizou um recurso de coesão que exprime sentido de concessão em:

- A) "Muitos jovens da geração Z acabaram se formando durante a pandemia [...]." 1º§
B) "[...] regime de trabalho que hoje não está sendo adotado [...]." 1º§

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE GÊNERO E DIVERSIDADE

- C) "Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis [...]"
2º§
- D) "Apesar da preferência pelo trabalho remoto e híbrido [...]" 3º§
- E) "[...] lideranças de RH têm identificado que a resistência da geração Z [...]" 3º§

12. O termo destacado é advérbio ou expressão adverbial apenas em:

- A) "[...] tendo como principal desafio ou benefício o trabalho home office [...]" 1º§
- B) "Os jovens de hoje estão cada vez mais inflexíveis [...]"
2º§
- C) "[...] voltarem ao trabalho dentro dos escritórios." 2º§
- D) "[...] muitas empresas querem voltar com o trabalho presencial [...]" 3º§
- E) "[...] mas esse movimento tem demonstrado uma mudança [...]" 3º§

13. "[...] esses funcionários preferem o desligamento ao retorno híbrido ou presencial [...]" 2º§

Considere a regência verbal e marque a alternativa que apresenta uma adaptação CORRETA da frase acima.

- A) [...] o funcionário prefere o desligamento do que o retorno híbrido ou presencial [...].
- B) [...] o funcionário prefere mais o desligamento ao retorno híbrido ou presencial [...].
- C) [...] o funcionário prefere o desligamento à retornar de forma híbrida ou presencial [...].
- D) [...] o funcionário prefere mais se desligar a retornar de forma híbrida ou presencial [...].
- E) [...] o funcionário prefere seu desligamento a trabalhar de forma híbrida ou presencial [...].

14. Na frase "Um _____ para maior adesão ao home office é a dificuldade de gerenciamento da produtividade.", a palavra que completa corretamente a lacuna é:

- A) empecilho.

- B) impecilho.
- C) empecílio.
- D) impecílio.
- E) impecilho.

15. Assinale a alternativa correspondente à frase em que a concordância verbal está CORRETA.

- A) Precisam-se de jovens profissionais com habilidades para resolução de problemas e criatividade.
- B) Nos dias atuais, deve haver poucas empresas contratando profissionais para o trabalho remoto.
- C) A flexibilidade e a comodidade dos profissionais encontra-se entre as vantagens do trabalho remoto.
- D) Pode existir, no momento presente, poucos jovens da geração Z dispostos ao trabalho presencial.
- E) As análises das lideranças de RH prevê uma queda na contratação de jovens da geração Z.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. No contexto da proteção jurídica aos direitos de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, equiparou a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero aos crimes de racismo. Sobre essa decisão, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O STF considerou a discriminação de gênero como inconstitucional, mas sem efeitos penais.
- B) A decisão do STF incluiu penas de detenção específicas para a discriminação de pessoas transgêneras.
- C) A decisão do STF declarou a omissão legislativa inconstitucional e determinou a aplicação da Lei de Racismo até que o Congresso Nacional regulamentasse a matéria.
- D) A decisão do STF prevê a aplicação de penas civis, mas não penais, para crimes de discriminação por orientação sexual.
- E) A decisão do STF obriga os estados a regulamentarem a questão da discriminação por identidade de gênero de maneira independente.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE GÊNERO E DIVERSIDADE

17. A noção de "desejo", "comportamento" e "identidade sexual" frequentemente se interseccionam, mas podem divergir na definição da sexualidade de um indivíduo. Qual das alternativas a seguir melhor reflete as teorias contemporâneas sobre essa distinção?

A) A orientação sexual está exclusivamente ligada ao comportamento sexual de um indivíduo, sem relação com o desejo ou a identidade.

B) O desejo sexual é sempre congruente com a identidade sexual, conforme postulado pelas teorias psicanalíticas clássicas.

C) Comportamento sexual e desejo são sinônimos, e ambos definem a orientação sexual de uma pessoa.

D) Identidade sexual refere-se ao modo como o indivíduo se identifica socialmente, independentemente de seus desejos ou comportamentos.

E) Desejo sexual é irrelevante na formulação da identidade sexual, que é exclusivamente uma construção social.

18. As discussões sobre diversidade de gênero têm crescido no Brasil, especialmente no campo educacional. Com base na Resolução CNE/CP nº 1/2018, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores, como a temática da diversidade de gênero deve ser abordada na educação básica?

A) Deve ser discutida apenas no ensino médio, respeitando a autonomia do professor em evitar temas polêmicos.

B) A diversidade de gênero deve ser abordada de forma transversal, permeando todas as disciplinas e níveis de ensino.

C) O ensino da diversidade de gênero deve ser facultativo, dependendo da aprovação dos pais e responsáveis dos alunos.

D) A Resolução sugere que a abordagem da diversidade de gênero seja concentrada em disciplinas como Ciências e Sociologia.

E) A diversidade de gênero deve ser tratada unicamente no contexto das aulas de Educação Sexual, com foco na biologia.

19. Relacione os conceitos da Coluna A com suas respectivas definições na Coluna B.

Coluna A:

1 - Orientação Sexual.

2 - Identidade de Gênero.

3 - Comportamento Sexual.

4 - Expressão de Gênero.

5 - Disforia de Gênero.

Coluna B:

() Forma como o indivíduo se identifica em termos de gênero, o que pode ou não coincidir com seu sexo biológico.

() Ação ou prática sexual que pode ou não estar em conformidade com a orientação sexual ou identidade.

() Atração emocional, afetiva e/ou sexual por pessoas de um gênero específico ou mais de um.

() Manifestação externa de características masculinas, femininas ou andróginas, que pode ou não coincidir com a identidade de gênero.

() Sentimento de desconforto ou incongruência em relação ao sexo biológico atribuído ao nascimento, associado à identidade de gênero.

A sequência CORRETA é:

A) 2 - 3 - 1 - 4 - 5.

B) 5 - 4 - 2 - 1 - 3.

C) 4 - 2 - 4 - 3 - 1.

D) 3 - 1 - 5 - 2 - 4.

E) 1 - 5 - 3 - 4 - 2.

20. As teorias contemporâneas de gênero propõem uma compreensão ampla e plural das identidades de gênero. Qual das alternativas a seguir melhor reflete essa abordagem?

A) A identidade de gênero é determinada biologicamente, sendo fixa e imutável ao longo da vida de um indivíduo.

B) A identidade de gênero se baseia exclusivamente na autoidentificação e independe de qualquer normatização social.

C) A identidade de gênero se refere apenas à distinção binária entre homens e mulheres, excluindo outras possibilidades.

D) A identidade de gênero está ligada à orientação sexual, e uma pessoa homossexual necessariamente se identifica como pertencente ao gênero oposto.

E) A identidade de gênero é uma construção social, que pode variar ao longo da vida e está sujeita a fatores culturais e históricos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE GÊNERO E DIVERSIDADE

21. No campo dos estudos sobre orientação sexual, é reconhecido que esta não se resume a uma dicotomia heterossexual/homossexual. Considerando as teorias mais recentes, qual é a afirmação CORRETA sobre orientação sexual?

A) A orientação sexual de uma pessoa está completamente definida pela sua primeira experiência sexual.

B) A orientação sexual é exclusivamente uma questão de desejo físico, não levando em conta fatores emocionais ou afetivos.

C) A orientação sexual pode abranger uma gama de identidades, incluindo heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e assexualidade, entre outras.

D) A orientação sexual de uma pessoa é imutável, uma vez que é estabelecida na adolescência e não pode ser alterada.

E) A orientação sexual deve ser entendida como o comportamento sexual que uma pessoa adota ao longo da vida, sendo dependente de normas culturais.

22. Preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+ está profundamente enraizado em estruturas sociais, legais e culturais. Com base em estudos sobre preconceito, qual das alternativas abaixo explica de forma mais acurada os mecanismos de formação e perpetuação do preconceito?

A) O preconceito é sempre uma expressão individual de repulsa, sem influência de fatores culturais ou históricos.

B) O preconceito é uma construção social que pode ser ensinada, perpetuada e legitimada por normas e instituições, sendo uma forma de manter hierarquias de poder.

C) O preconceito contra pessoas LGBTQIA+ decorre exclusivamente de crenças religiosas e desaparece em sociedades laicas.

D) O preconceito pode ser mitigado por políticas de segregação, que permitem que cada grupo tenha seu espaço específico.

E) O preconceito é resultado da falta de contato entre grupos distintos, e desaparece automaticamente quando há convivência mútua.

23. O respeito às diferenças é um dos princípios fundamentais para a construção de uma sociedade inclusiva e justa, especialmente no contexto da diversidade de gênero e orientação sexual. Esse respeito pressupõe a valorização das particularidades individuais, desafiando preconceitos e discriminações que limitam o pleno exercício da cidadania.

Profissionais que atuam com Gênero e Diversidade devem estar aptos a identificar e combater práticas discriminatórias e promover ambientes inclusivos. Analise as seguintes afirmativas e assinale se são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() O respeito às diferenças significa tratar todas as pessoas de forma igual, independentemente de suas características individuais, sem levar em conta suas particularidades.

() A interseccionalidade é um conceito que ajuda a compreender como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e homofobia, podem se sobrepor e impactar de maneira única indivíduos em suas vivências.

() A neutralidade em relação às diferenças de gênero e orientação sexual é uma estratégia eficaz para evitar discriminação e promover a inclusão em ambientes profissionais.

() O uso de linguagem inclusiva de gênero, como pronomes neutros, é uma prática recomendada para promover o respeito e a visibilidade de pessoas não-binárias.

() As políticas afirmativas visam nivelar oportunidades para grupos historicamente marginalizados e não constituem uma forma de discriminação inversa.

A sequência CORRETA é:

A) F - V - F - V - V.

B) F - V - F - V - F.

C) V - F - V - F - V.

D) V - F - F - V - V.

E) F - V - V - F - F.

24. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída em 2011, tem como objetivo garantir o acesso e a equidade na saúde para a população LGBT no Brasil. Considerando essa política, assinale a alternativa CORRETA.

A) A política foca exclusivamente na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e HIV entre a população LGBT.

B) O principal objetivo da política é garantir que todos os profissionais de saúde passem por treinamento obrigatório sobre diversidade sexual e de gênero.

C) A Política Nacional de Saúde Integral LGBT estabelece que a mudança de nome e gênero em documentos oficiais deve ser realizada apenas após a realização de cirurgia de redesignação sexual.

D) A política visa promover o acesso integral à saúde da população LGBT, considerando suas especificidades e enfrentando a discriminação e a violência nos serviços de saúde.

E) A política restringe o acesso de pessoas transexuais e travestis aos serviços de saúde até que realizem cirurgia de transgenitalização.

25. O Processo Transexualizador no SUS foi uma importante conquista para a população trans no Brasil. Sobre as diretrizes e procedimentos desse processo, é **CORRETO** afirmar que

A) o SUS oferece a cirurgia de redesignação sexual para qualquer pessoa maior de 16 anos, desde que haja solicitação.

B) o Processo Transexualizador inclui não apenas a cirurgia de redesignação sexual, mas também o acompanhamento multidisciplinar com psicólogos, endocrinologistas e assistentes sociais.

C) o acesso ao processo transexualizador é restrito a indivíduos que já tenham alterado seu nome social em documentos oficiais.

D) as cirurgias de redesignação sexual são obrigatórias para todas as pessoas transexuais que buscam atendimento pelo SUS.

E) o SUS oferece o Processo Transexualizador exclusivamente para pessoas que buscam realizar intervenções cirúrgicas, excluindo aquelas que não desejam modificar seus corpos.

26. O uso do nome social é uma das formas de reconhecimento e respeito à identidade de pessoas transexuais e travestis. Sobre as políticas e regulamentações a respeito do uso do nome social no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**.

A) O nome social só pode ser utilizado em ambientes educacionais, não sendo permitido em outros serviços públicos.

B) O uso do nome social é uma recomendação do Ministério da Educação, mas não uma obrigatoriedade em instituições federais de ensino.

C) O uso do nome social é permitido apenas após a mudança de gênero em documentos oficiais, como o RG e o CPF.

D) O nome social deve ser usado apenas por pessoas maiores de 18 anos, conforme estabelecido em regulamentações federais.

E) O nome social pode ser utilizado em serviços de saúde e educação, além de outros órgãos públicos, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual.

27. Nos últimos anos, o Brasil avançou na criação de normativas que garantem os direitos de travestis e transexuais, incluindo o reconhecimento de sua identidade de gênero e o acesso a serviços públicos de forma digna e inclusiva. Essas normativas, como portarias e resoluções, abordam aspectos fundamentais como o uso do nome social e o acesso ao processo transexualizador no SUS. Em relação a esses avanços, complete as lacunas abaixo com as normativas **CORRETAS** que tratam do tema.

O(A) _____ estabelece a garantia do uso do nome social em todos os serviços públicos federais, enquanto a _____ regulamenta o acesso de pessoas transexuais e travestis ao processo transexualizador no SUS.

A) Decreto nº 8.727/2016 - Portaria nº 2.803/2013.

B) Resolução nº 12/2015 - Portaria nº 1.820/2009.

C) Decreto nº 8.727/2016 - Portaria nº 1.820/2009.

D) Resolução nº 12/2015 - Portaria nº 2.803/2013.

E) Decreto nº 9.278/2018 - Portaria nº 2.803/2013.

28. Em relação às normativas brasileiras que garantem o acesso à saúde para a população LGBTQIAPN+, é **CORRETO** afirmar que

A) a Portaria nº 2.836/2011, do Ministério da Saúde, garante o direito à cirurgia de redesignação sexual apenas para pessoas que já alteraram o nome em seus documentos oficiais.

B) a Política Nacional de Saúde Integral LGBT inclui diretrizes para o atendimento a pessoas intersexo, garantindo cuidados especializados para essa população no SUS.

C) o Decreto nº 8.727/2016 proíbe o uso do nome social nos prontuários médicos de pessoas transexuais e travestis nos serviços de saúde.

D) a Portaria nº 2.803/2013 regulamenta o acesso ao Processo Transexualizador apenas para adultos maiores de 21 anos, com prévia autorização judicial.

E) a Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem como principal foco a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), limitando o acesso a outros tipos de cuidado de saúde.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE GÊNERO E DIVERSIDADE

29. Sobre a promoção dos direitos humanos de pessoas LGBTQIAPN+ no contexto internacional, é CORRETO afirmar que

A) o Brasil foi pioneiro na descriminalização da homossexualidade na América Latina, com essa medida sendo aprovada no início do século XX.

B) a Declaração Universal dos Direitos Humanos menciona explicitamente a orientação sexual e a identidade de gênero como direitos humanos inalienáveis.

C) a União Europeia permite que os países-membros definam suas próprias leis sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, sem qualquer regulamentação comum no bloco.

D) a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, em 2011, a primeira resolução reconhecendo a violência e discriminação contra pessoas LGBT como uma violação dos direitos humanos.

E) o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo foi amplamente aceito nos países do Oriente Médio, sendo regulamentado em várias constituições nacionais.

30. Sobre as estratégias e normativas adotadas no Brasil para combater a homo-lesbo-transfobia, qual das alternativas a seguir está CORRETA?

A) A decisão do STF em 2019 equiparou a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ao crime de racismo, aplicando-se a Lei nº 7.716/1989 até que o Congresso regulamentasse o tema.

B) A Lei nº 13.869/2019, também conhecida como Lei Anticrime, inclui penas específicas para crimes de homo-lesbo-transfobia.

C) O combate à homo-lesbo-transfobia é exclusivamente responsabilidade dos estados, sendo regulado individualmente por suas constituições estaduais.

D) O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2019, que a discriminação contra pessoas LGBT não é uma forma de racismo, pois trata-se de uma questão distinta relacionada apenas à liberdade de expressão.

E) O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aprovar leis específicas de combate à homo-lesbo-transfobia em nível nacional, antes de países como Argentina e Uruguai.
